



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 53-B, DE 2015

(Do Sr. Pompeo de Mattos)

Cria a Semana Nacional da Reciclagem e do Meio Ambiente nas escolas de ensino fundamental e médio; tendo parecer: da Comissão de Educação, pela aprovação (relatora: DEP. ANA PERUGINI); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. EDUARDO BISMARCK).

DESPACHO:
ÀS COMISSÕES DE:
EDUCAÇÃO; E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

SUMÁRIO

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Educação:

- Parecer da relatora
- Parecer da Comissão

III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Todas as escolas de ensino fundamental e médio realizarão, anualmente, a Semana Nacional da Reciclagem e do Meio Ambiente.

Parágrafo único. A data de realização da Semana Nacional da Reciclagem e do Meio Ambiente será fixada pelas Secretarias Estaduais de Educação.

Art. 2º A Semana Nacional da Reciclagem e do Meio Ambiente integrará o calendário escolar anual e deverá ser aberta à participação das famílias dos alunos e membros da comunidade.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se a presente proposta de reapresentação do Projeto de Lei nº 706, de 2011, de autoria do Ex-Deputado Federal Enio Bacci, do meu partido, com o objetivo de estabelecer a Semana Nacional da Reciclagem e do Meio Ambiente nas escolas de ensino fundamental e médio.

Referido projeto foi arquivado nos termos do artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, mas mantém-se oportuno e atual, como se pode ver das razões que o justificaram à época de sua apresentação:

“Toneladas de resíduos sólidos são produzidas diariamente no Brasil. Estudos apontam que uma quantidade expressiva desse volume poderia ser reciclada ou reaproveitada, a depender de uma prévia segregação.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, aprovada no ano de 2010, traz uma série de inovações como a construção de aterros sanitários para acabar com os famosos “lixões” e incentivos para indústria de reciclagem, entre outros. Aliadas à nova legislação, é preciso que sejam implantadas políticas de conscientização para que a sociedade contribua no seu dia a dia com a preservação ambiental.

Esta proposta proporciona aos estudantes e à população jovem deste país, o conhecimento de que precisam para participar desse processo de reorganização conceitual, para que as crianças possam aprender a reciclar e entender a importância de suas ações para o meio ambiente.

Saliento que a forma não convencional de ministrar o conteúdo que a proposta propõe incentiva o alcance de um melhor aproveitamento, bem como chama a atenção da comunidade escolar do país da importância de levar ao conhecimento dos alunos os nocivos efeitos do mau trato dos resíduos sólidos.”

Desta forma, por concordar com os argumentos despendidos na justificativa colacionada, que demonstra a necessidade da proposta, cujo autor entendeu oportuna a sua reapresentação, espero aprovação rápida do presente Projeto de Lei, na forma do Substitutivo apresentado na Comissão de Educação e Cultura.

Sala das Sessões, 02 de fevereiro de 2015.

Dep. Pompeo de Mattos
Deputado Federal – PDT/RS

<p style="text-align: center;">LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>

RESOLUÇÃO Nº 17, de 1989

Aprova o Regimento Interno da Câmara dos
Deputados

A CÂMARA DOS DEPUTADOS, considerando a necessidade de adaptar o seu funcionamento e processo legislativo próprio à Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º O Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar na conformidade do texto anexo.

Art. 2º Dentro de um ano a contar da promulgação desta resolução, a Mesa elaborará e submeterá à aprovação do Plenário o projeto de Regulamento Interno das Comissões e a alteração dos Regulamentos Administrativo e de Pessoal, para ajustá-los às diretrizes estabelecidas no Regimento.

Parágrafo único. Ficam mantidas as normas administrativas em vigor, no que não contrarie o anexo Regimento, e convalidados os atos praticados pela Mesa no período de 1º de fevereiro de 1987, data da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, até o início da vigência desta resolução.

Art. 3º A Mesa apresentará projeto de resolução sobre o Código de Ética e Decoro Parlamentar. ([Vide Resolução nº 25, de 2001](#))

Art. 4º Ficam mantidas, até o final da sessão legislativa em curso, com seus atuais Presidente e Vice-Presidentes, as Comissões Permanentes criadas e organizadas na forma da Resolução nº 5, de 1989, que terão competência em relação às matérias das Comissões que lhes sejam correspondentes ou com as quais tenham maior afinidade, conforme discriminação constante do texto regimental anexo (art. 32). ([Vide Resolução nº 20, de 2004](#))

§ 1º Somente serão apreciadas conclusivamente pelas Comissões, na conformidade do art. 24, II, do novo Regimento, as proposições distribuídas a partir do início da vigência desta Resolução.

§ 2º Excetuam-se do prescrito no parágrafo anterior os projetos em trâmite na Casa,

pertinentes ao cumprimento dos arts. 50 e 59 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em relação aos quais o Presidente da Câmara abrirá o prazo de cinco sessões para a apresentação de emendas nas Comissões incumbidas de examinar o mérito das referidas proposições.

Art. 5º Ficam mantidas, até o final da legislatura em curso, as lideranças constituídas, na forma das disposições regimentais anteriores, até a data da promulgação do Regimento Interno.

Art. 6º Até 15 de março de 1990, constitui a Maioria a legenda ou composição partidária integrada pelo maior número de representantes, considerando-se Minoria a representação imediatamente inferior.

Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se a Resolução nº 30, de 1972, suas alterações e demais disposições em contrário.

Brasília, 21 de setembro de 1989. - *Paes de Andrade*, Presidente.

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

.....

TÍTULO IV DAS PROPOSIÇÕES

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

.....

Art. 105. Finda a legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, bem como as que abram crédito suplementar, com pareceres ou sem eles, salvo as:

- I - com pareceres favoráveis de todas as Comissões;
- II - já aprovadas em turno único, em primeiro ou segundo turno;
- III - que tenham tramitado pelo Senado, ou dele originárias;
- IV - de iniciativa popular;
- V - de iniciativa de outro Poder ou do Procurador-Geral da República.

Parágrafo único. A proposição poderá ser desarquivada mediante requerimento do Autor, ou Autores, dentro dos primeiros cento e oitenta dias da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente, retomando a tramitação desde o estágio em que se encontrava.

Art. 106. Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, vencidos os prazos regimentais, a Mesa fará reconstituir o respectivo processo pelos meios ao seu alcance para a tramitação ulterior.

.....

.....

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

I - RELATÓRIO

Veio ao exame da Comissão de Educação o Projeto de Lei nº 53, de 2015, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que “Cria a Semana Nacional da Reciclagem e do Meio Ambiente nas escolas de ensino fundamental e médio”.

A proposição estabelece, conforme seu art. 1º, que “todas as escolas de ensino fundamental e médio realizarão, anualmente, a Semana Nacional da Reciclagem e do Meio Ambiente”. O parágrafo único do dispositivo mencionado dispõe que a “data de realização da Semana Nacional da Reciclagem e do Meio Ambiente será fixada pelas Secretarias Estaduais de Educação”.

O art. 2º dispõe que “a Semana Nacional da Reciclagem e do Meio Ambiente integrará o calendário escolar anual e deverá ser aberta à participação das famílias dos alunos e membros da comunidade”.

A matéria foi distribuída, por despacho da Mesa Diretora, em 6 de fevereiro de 2015, para apreciação conclusiva desta Comissão, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno, e, nos termos do art. 54, do mesmo diploma legal, à Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania.

Em 30 de março do corrente, fui designada relatora da matéria.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Os resíduos sólidos são todos os restos sólidos ou semi-sólidos das atividades humanas ou não-humanas, que embora possam não apresentar utilidade para a atividade fim de onde foram gerados, podem virar insumos para outras atividades e devem ter uma destinação sustentável que preserve o meio ambiente.

A Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispendo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos – incluídos os perigosos –, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis. A Política visa à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Um dos princípios dessa política, conforme o art. 6º, inciso X, da sua lei instituidora, é justamente o direito da sociedade à informação e ao controle social. A lei coloca, ainda, como um de seus objetivos, nos termos do art. 7º, inciso III, estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços.

Dentre os dezoito instrumentos de concretização da lei, elencados no seu art. 8º, está a educação ambiental, vetor adequado de disseminação das informações necessárias à preservação do meio ambiente e do uso sustentável dos seus recursos.

Em síntese, a lei instituiu a responsabilidade compartilhada dos

geradores de resíduos: os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, o cidadão e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos na Logística Reversa dos resíduos e embalagens pré-consumo e pós-consumo.

Como o poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas na lei, o disposto na presente matéria apresenta-se como uma estratégia de conscientização e divulgação da importância dessa Política, dos meios de colocá-la em prática e das formas de fiscalização e cobrança existentes.

Salientamos que uma das metas do Plano Nacional sobre Mudança do Clima é alcançar o índice de reciclagem de resíduos de 20% ainda neste ano de 2015.

Em face do exposto, pela relevância, necessidade e urgência da matéria na efetivação da preservação do meio ambiente, por meio da educação ambiental, somos pela **APROVAÇÃO** da presente proposição.

Sala da Comissão, em 19 de agosto de 2015.

Deputada ANA PERUGINI

Relatora

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Educação, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 53/2015, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Ana Perugini, com a abstenção dos Deputados Rogério Marinho, Max Filho e Lobbe Neto.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Saraiva Felipe - Presidente, Lelo Coimbra, Alice Portugal e Professora Dorinha Seabra Rezende - Vice-Presidentes, Aiel Machado, Ana Perugini, Angelim, Arnon Bezerra, Brunny, Celso Jacob, Damião Feliciano, Domingos Neto, Giuseppe Vecci, Givaldo Carimbão, Givaldo Vieira, Glauber Braga, Izalci, Josi Nunes, Leônidas Cristino, Lobbe Neto, Mariana Carvalho, Max Filho, Moses Rodrigues, Nilson Pinto, Orlando Silva, Pedro Fernandes, Pedro Uczai, Professor Victório Galli, Professora Marcivania, Raquel Muniz, Reginaldo Lopes, Rogério Marinho, Ságuas Moraes, Sergio Vidigal, Victor Mendes, Wadson Ribeiro, Waldenor Pereira, Zeca Dirceu, Átila Lira, Diego Garcia, Keiko Ota e Valtênir Pereira.

Sala da Comissão, em 14 de outubro de 2015.

Deputado SARAIVA FELIPE

Presidente



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 53, DE 2015

Cria a Semana Nacional da Reciclagem e do Meio Ambiente nas escolas de ensino fundamental e médio.

Autor: Deputado POMPEO DE MATTOS

Relator: Deputado EDUARDO BISMARCK

I - RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 53, de 2015, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que cria a Semana Nacional da Reciclagem e do Meio Ambiente em todas as escolas de ensino fundamental e médio. Pela proposição, a data será fixada pelas Secretarias Estaduais de Educação e o evento integrará o calendário escolar anual, devendo ser aberto à participação comunitária.

Na justificação, o Autor informa se tratar de reapresentação do Projeto de Lei nº 706/2011, de autoria do ex-Deputado Federal Enio Bacci, o qual foi arquivado na forma do Regimento Interno. Afirmando que a matéria se mantém atual, invocou as razões do primeiro autor segundo as quais toneladas de resíduos sólidos seriam produzidas diariamente no País, a despeito dos estudos que apontam que grande parte poderia ser reciclada ou reaproveitada.

O Autor menciona ainda que, no plano normativo, a Política Nacional de Resíduos Sólidos traz inovações como a construção de aterros





sanitários e os incentivos para a reciclagem. Ao lado dessa legislação é preciso implantar políticas que conscientizem a sociedade para a preservação ambiental. Nesse contexto, o projeto proporcionaria aos estudantes o conhecimento necessário para participar desse processo de reorganização conceitual e aprender a reciclar e a entender a importância de suas ações para o meio ambiente.

O Autor conclui a justificação afirmando estar inteiramente de acordo com os argumentos despendidos pelo Deputado Enio Bacci, os quais seriam suficientes para demonstrar a necessidade da proposição. Considerando oportuna a sua reapresentação, espera, agora, contar com o apoio dos seus Pares para a célere aprovação da matéria.

Sujeita ao regime de tramitação ordinária e à apreciação conclusiva pelas Comissões, a matéria foi distribuída à Comissão de Educação e a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Em 14/10/2015 a Comissão de Educação aprovou o projeto de lei, nos termos do parecer da Relatora, Deputada Ana Perugini, com a abstenção dos Deputados Rogério Marinho, Max Filho e Lobbe Neto.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Incumbe à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 32, IV, a, do Regimento Interno, manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PL nº 53/2015.





Cumpra-se registrar, de plano, que a proposição é merecedora de louvor, pois revela preocupação com o meio-ambiente, propondo que as escolas de ensino fundamental e médio realizem atividades de sensibilização dos estudantes para a importância da reciclagem dos resíduos sólidos.

A propósito, os problemas ambientais enfrentados pelo Brasil e pelas demais nações se transformaram em desafios de enormes proporções, pois tanto comprometem a nossa qualidade de vida, como põem em risco a própria continuidade das espécies, inclusive da espécie humana.

Recentemente, um grave vazamento de petróleo afetou o litoral nordestino, demonstrando que nossa sociedade ainda está despreparada para lidar com desastres dessa magnitude. As consequências danosas provocadas pelo desastre, aliada à demora na resposta federal, terão repercussão por décadas. O que nos mostra a necessidade e a urgência de ampliarmos a consciência ambiental de todos os brasileiros.

Nos termos do art. 24, IX, da Carta Política, a matéria examinada é atribuída concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal. Cabe à União fixar normas gerais e aos Estados e ao Distrito Federal atuar de modo suplementar. A proposição ora em análise, em que pese a novidade de sua temática, assemelha-se estruturalmente à Lei n.º 11.988, de 27 de julho de 2009, que criou a Semana de Educação para a Vida, a ser realizada nas escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o País. Tanto na Lei referida quanto nesta proposição, parece-me haver um claro exemplo da harmônica interação entre os entes federativos.

A criação de um evento, que na verdade consubstancia uma política pública federal de conscientização ambiental, ganhará corpo por meio da competência suplementar dos Estados e do Distrito Federal, que no campo





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Eduardo Bismarck – PDT/CE

de sua autonomia irão incorporar a seu calendário escolar, conforme suas peculiaridades locais, as ações necessárias à efetivação da norma geral.

Pelas razões expostas, concluímos nosso voto no sentido da constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 53, de 2015.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado EDUARDO BISMARCK
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 53, DE 2015

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 53/2015, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Eduardo Bismarck.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Darci de Matos e General Peternelli - Vice-Presidentes, Afonso Motta, André Janones, Bia Kicis, Bilac Pinto, Camilo Capiberibe, Capitão Augusto, Clarissa Garotinho, Daniel Silveira, Delegado Waldir, Domingos Neto, Dra. Vanda Milani, Eduardo Bismarck, Fábio Trad, Fausto Pinato, Félix Mendonça Júnior, Fernanda Melchionna, Fernando Rodolfo, Gervásio Maia, Gilson Marques, Jhonatan de Jesus, José Guimarães, Júlio Delgado, Lafayette de Andrada, Léo Moraes, Lucas Redecker, Luiz Carlos, Luizão Goulart, Marcos Pereira, Margarete Coelho, Maria do Rosário, Osires Damaso, Paulo Teixeira, Pompeo de Mattos, Pr. Marco Feliciano, Renildo Calheiros, Ricardo Silva, Rubens Bueno, Rubens Pereira Júnior, Rui Falcão, Samuel Moreira, Sandro Alex, Tabata Amaral, Tadeu Alencar, Alê Silva, Alencar Santana, Alexandre Leite, Aliel Machado, Aline Sleutjes, Aluisio Mendes, Aureo Ribeiro, Capitão Alberto Neto, Cássio Andrade, Chico D'Angelo, Chiquinho Brazão, Delegado Marcelo Freitas, Delegado Pablo, Diego Garcia, Dra. Soraya Manato, Eduardo Cury, Felipe Rigoni, Giovani Cherini, Hugo Leal, Joice Hasselmann, Joseildo Ramos, Kim Kataguri, Lincoln Portela, Mauro Lopes, Ney Leprevost, Orlando Silva, Paulo Magalhães, Pedro Lupion, Rodrigo Coelho, Rogério Peninha Mendonça, Subtenente Gonzaga, Weliton Prado, Zé Neto e Zeca Dirceu.

Sala da Comissão, em 11 de maio de 2022.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Darci de Matos
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220539772400>



Deputado DARCI DE MATOS
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

Apresentação: 11/05/2022 19:29 - CCJC
PAR 1 CCJC => PL 53/2015

PAR n.1



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Darci de Matos
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220539772400>

